



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 21 • 24 a 30/06/07 • ISSN1809-6182

Especial

01/07/2007 – A União Européia sob a presidência alemã.....p.01

A despeito de concepções díspares e inconciliáveis quanto à compleição de um documento constitucional para a União Européia, a Alemanha coordenou a integração de vinte e sete Estados-membros por meio de um novo tratado europeu. Ademais, o sucesso na consecução de objetivos secundários em sua presidência restabelece a autoridade moral e política do Estado na Europa.

Resenhas

02/07/2007 – Estônia sofre ataque virtual.....p.07

Em maio de 2007, a Estônia sofreu um ataque virtual sem precedentes na história. Com grandes dificuldades para encontrar os responsáveis pelo ataque, a ameaça do terrorismo cibernético e o uso militar de ataques virtuais vêm à tona como um novo tipo de ameaça, ocupando lugar de destaque na agenda internacional de segurança.

03/07/2007 – Retomados esforços para a integração entre árabes e sul-americanos.....p.10

Desde 2005, Estados árabes e sul-americanos aumentam seus esforços para incrementar o intercâmbio cultural e comercial entre si. As relações entre países em desenvolvimento ganham ímpeto no âmbito da política externa brasileira, assim como o papel que têm os países árabes neste contexto.

A União Europeia sob a presidência alemã

Especial
Panorama

Isabela Sardinha Pinto* e Andre Klausing
01 de julho de 2007

A despeito de concepções díspares e inconciliáveis quanto à compleição de um documento constitucional para a União Europeia, a Alemanha coordenou a integração de vinte e sete Estados-membros por meio de um novo tratado europeu. Ademais, o sucesso na consecução de objetivos secundários em sua presidência restabelece a autoridade moral e política do Estado na Europa.

Entre os dias 04 e 05 de novembro de 2006, o governo da República Federal da Alemanha estabeleceu as principais metas e os principais objetivos da presidência alemã da União Europeia (UE), cumprida durante o primeiro semestre de 2007.

Estes objetivos apresentam-se assim sintetizados: resolução do impasse quanto ao ingresso da Turquia na UE; coordenação das políticas energética e de meio-ambiente dos Estados-membros; incremento das interações entre a UE e os Estados africanos e da Ásia Central¹; ampliação das ações para a consecução da estabilidade no Oriente Médio; e como objetivo principal, a aprovação de uma agenda para a compleição de um documento constitucional para a UE.

Estratégia

Quanto à resolução do impasse em relação ao ingresso da Turquia na UE, a estratégia da Alemanha pautou-se em dois aspectos, a saber: em primeiro lugar, pressionar o governo de Ancara a reconsiderar a aplicação do artigo 301 do código penal nacional; e em segundo lugar, articular mecanismos para o reconhecimento da soberania do Chipre.

O código penal da Turquia situa, em seu artigo 301, uma série de represálias a qualquer pessoa física ou jurídica que, de alguma forma, ofender o Estado e / ou a sociedade turca². A UE julga que o artigo constitui um empecilho ao exercício da liberdade de expressão.

* Graduanda em Relações Internacionais pela PUC Minas.

¹ Segundo o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, a *Zentralasien* ou *Mittelasien* (Ásia Central) abarca, integralmente, os Estados Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Parcialmente, a designação compreende os Estados Afeganistão, China, Índia, Irã, Mongólia, Paquistão e Rússia.

² Em conformidade com o artigo em questão, a ofensa ao Estado e / ou a sociedade turca dá-se, por exemplo, por meio da asseveração de que a evacuação em massa e o assassinato de centenas de milhares de armênios, entre os anos de 1915 e 1917, sob a jurisdição do Império Otomano, constituem o “Genocídio Armênio” impetrado pela Turquia.

Segundo a estratégia alemã, a existência de normas adversas ao exercício de liberdades básicas (como a liberdade de expressão) constitui o entrave de maior relevância para a adesão da Turquia à UE. Justifica-se, assim, o caráter secundário arrogado, pela presidência alemã, à questão cipriota no processo de resolução deste impasse.

A despeito deste fato, a Alemanha pautou a discussão acerca do reconhecimento da soberania de Chipre à inclusão deste Estado no protocolo de Ancara sobre livre comércio³.

Quanto à coordenação das políticas ambiental e energética; a concepção de Berlim é que apenas uma política energético-ambiental comum entre os Estados-membros da UE pode pressionar o arranjo de um acordo energético favorável aos interesses europeus em 2012, quando expira o Protocolo de Quioto. A estratégia acordada para a consecução deste objetivo pautou-se em pressionar os Estados-membros da UE para uma redução de 30% da emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa até 2020, e em articular metas de redução com Estados como África do Sul, Brasil, China, Índia e México.

Assim, segundo a Alemanha, a UE estabelecerá a base de uma proposta de protocolo a ser apresentada em 2012. Ademais, em caso de sucesso da articulação de metas de redução com Estados não-europeus, esta proposta auferiria respaldo internacional.

Quanto ao incremento das interações entre a UE e os Estados africanos e da

Ásia Central, a estratégia alemã consistiu em, quanto à África, aproximar-se, sobretudo, da Líbia. Explica-se: o Estado é o quarto maior fornecedor de petróleo para a Europa, com previsão de acréscimo de 100% em sua capacidade de produção para o ano de 2007. Constitui, assim, importante fator para a consolidação da matriz energética européia.

Entretanto, as interações diplomáticas entre a Alemanha e a Líbia, assim como entre demais Estados europeus e o Estado africano apresentavam-se fragilizadas em consequência de supostas infrações a acordos internacionais⁴. Todavia, segundo o *Auswärtiges Amt* (Ministério das Relações Exteriores da Alemanha): “(...) após a renúncia ao desenvolvimento de armas de destruição em massa e a rejeição a qualquer forma de terrorismo, o país encerrou um longo período de isolamento e retomou o caminho rumo à comunidade internacional.”.

Ademais, a Líbia é o Estado por meio do qual milhares de imigrantes da África subsaariana desembarcam em Estados como Espanha e Itália. A opção por este Estado em um processo de reaproximação com a África justifica-se por aspectos econômicos, políticos e da segurança européia.

Quanto à Ásia Central, a Alemanha intencionou um processo de reaproximação pautado, também, em aspectos econômicos, políticos e de segurança. Em primeiro lugar, a Ásia Central é abundante em gás natural e petróleo, segundo o Ministro do Exterior alemão Frank-Walter Steinmeier: “(...) a região é extremamente importante para a Europa no ponto de vista energético e, conseqüentemente, fundamental para diversificação da matriz energética européia.”.

³ Documento em que a Turquia intenciona o livre-comércio com Estados europeus. O Estado de Chipre é excluído por não constituir, segundo o governo de Ancara, um Estado soberano. Em julho de 2006, cipriotas e turcos advogaram a necessidade da discussão de assuntos substanciais, mas apartados da questão acerca da soberania de Chipre; a recusa da Turquia em abdicar de seu controle sobre áreas petrolíferas, no entanto, estaciona o processo de negociações.

⁴ A UE restringiu arranjos bilaterais e / ou multilaterais com a Líbia em resposta aos supostos desenvolvimento de armas de destruição em massa e suporte ao terrorismo internacional.

A Alemanha buscou, da mesma forma, encorajar reformas de caráter político na região, com vistas à consolidação do Estado de Direito e do exercício das liberdades básicas.

A ampliação das ações para a consecução da estabilidade no Oriente Médio apresentou como principal meta a revitalização do designado “Quarteto” – Estados Unidos, Organização das Nações Unidas (ONU), Rússia e UE. O “Quarteto”, segundo Berlim, constitui pré-requisito para a estabilidade da região, ao promover o diálogo entre o governo de Israel e a Autoridade Palestina.

Análise

Em relação à consecução dos objetivos apresentados até aqui, é possível analisar de modo positivo a presidência alemã da UE.

A Turquia cedeu e comprometeu-se em reconsiderar o artigo 301 de seu código penal, acolhendo, em seu ordenamento jurídico interno, as concepções da UE acerca do exercício de liberdades básicas. A despeito deste fato, ressalta-se que a discussão a respeito da soberania cipriota, de caráter secundário na estratégia alemã, conforme demonstrado anteriormente, pouco avançou.

A coordenação, em caráter informal, de uma proposta de protocolo a ser apresentada em 2012, em substituição ao Protocolo de Quioto, apreendeu suas metas: a consolidação da redução de 30% da emissão de gases até 2020, para os Estados-membros da UE, e a articulação desta política com Estados como Brasil e Índia. Esta última meta, apresada em Heiligendamm, entre 06 e 08 de junho de 2007, e em Potsdam, em 2 de junho de 2007⁵.

⁵ Entre 06 e 08 de junho de 2007, constituiu-se em Heiligendamm, Alemanha, a cúpula do G-8 (Grupo dos Oito) sob a presidência alemã. A presença de Estados como Brasil e Índia, nesta

Quando ao incremento das interações diplomáticas com a África e a Ásia Central, assegurou-se, conforme previsto, uma ampla participação da Líbia na recepção de investimentos alemães e de demais Estados da Europa. Constituiu-se passível de crítica, entretanto, a concepção de Berlim de que o fluxo de drogas e o terrorismo, quando da análise da Ásia Central, possam ser solucionados apenas por meio de reformas políticas internas nos Estados desta região, apartadas de medidas como ajuda financeira externa.

Quando ao Oriente Médio, a despeito da crescente tensão na região, a estratégia alemã em revitalizar o “Quarteto” obteve êxito. O grupo reuniu-se em 02 de fevereiro de 2007, em Washington, Estados Unidos, após meses de suspensão de suas atividades por falta de condições para as negociações.

Documento Constitucional

A discussão acerca de um documento constitucional para a UE foi o objetivo central da presidência alemã. Segundo Berlim, o contínuo processo de ampliação da UE (após o recente ingresso de Bulgária e Romênia, discute-se o ingresso de Estados dos Balcãs) demanda um debate sério acerca da compleição de uma carta constitucional para a Europa.

A Alemanha restringiu sua estratégia à constituição de uma Agenda que determinasse e apresentasse prazos para os processos de negociação acerca do tema. A chanceler Angela Merkel alertou, em discurso ao *Bundestag* (Parlamento alemão), contra expectativas excessivas quanto ao documento constitucional: “Um semestre não basta para ressuscitar um

ocasião, restringiu-se a um caráter simbólico. Em Potsdam, Alemanha, em 2 de junho de 2007, Brasil, Estados Unidos, Índia e UE buscaram coordenar políticas de caráter ambiental e energético, a despeito da ênfase em aspectos comerciais e econômicos.

processo que esteve congelado por mais de 18 meses.”, declarou.

Merkel referiu-se ao acontecido em 2004, quando o processo de expansão da UE suscitou o esboço de um documento com vistas a acelerar os mecanismos de decisão e atribuir relevância internacional ao bloco. Entretanto, segundo a percepção de Berlim, a rejeição deste documento, por França e Holanda, através de plebiscitos, em 2005, fragilizou todo o processo, amenizando a importância da aprovação do documento nos demais 18 Estados-membros.

Assim, a estratégia alemã consistiu na instauração de um “período de reflexão” (designação esposada pela chancelaria alemã) na Europa, com o intuito de aguardar as eleições francesas e holandesas, pois acreditava-se que apenas novos governos abarcariam espaço político suficiente para a convocação de novos plebiscitos.

Posteriormente a este “período de reflexão”, o governo alemão apresentou sua proposta: a substituição da designação “Constituição” por “Lei Fundamental” ou “Tratado de Princípios”. Assim, Berlim objetivou a manutenção do teor do documento anterior (rejeitado em 2005) sob uma designação que abrandasse o temor dos europeus quanto à constituição de um “super-Estado”.

No entanto, a ausência de coordenação entre os Estados europeus quanto à gênese de uma carta constitucional impossibilitou a consecução da estratégia alemã.

Exemplos de concepções díspares e inconciliáveis, esposadas na cúpula de 21 e 22 de junho de 2007, em Bruxelas, Bélgica, são apresentadas a seguir: o novo governo francês mostrou-se contrário à convocação de um novo plebiscito, e a República Tcheca apresentou-se contrária à compleição de qualquer documento constitucional.

Destacam-se, ainda, as concepções de Reino Unido e Polônia, responsáveis, sobretudo, pela substituição do processo de afirmação do texto constitucional de 2005 pela alternativa de formação de um novo tratado europeu.

Na cúpula de junho de 2007, a Polônia ameaçou aplicar o veto a qualquer proposta de um documento constitucional caso o processo de votação no Conselho da União Europeia não fosse alterado. Explica-se: o governo de Varsóvia advoga que o peso de cada Estado deve ser calculado com base na raiz quadrada do número de habitantes, o que aumentaria o peso de Estados da Europa oriental em detrimento da Alemanha, por exemplo.

A chanceler Merkel, diante do impasse causado pela ameaça do veto polonês, considerou a exclusão da Polônia do processo de negociação. Após seis reuniões bilaterais com o Presidente polonês Lech Kaczynski, atingiu-se um entendimento. A Polônia aceitou a sugestão de Luxemburgo, segundo a qual a dupla maioria de votos⁶ para aprovar normas (ao menos 55% dos Estados, representando ao menos 65% da sociedade europeia) entra em vigor progressivamente a partir de 2014 – a Alemanha advogava 2009, e a Polônia 2020⁷.

O Reino Unido, por sua vez, buscou ampliar o projeto de uma Constituição europeia até o instante em que este deixasse de objetivar a compleição de uma Constituição; em suma, o governo britânico se opõe à consignação de personalidade jurídica à UE, aspecto essencial de uma carta constitucional.

⁶ Sistema que, em suma, estabelece o peso de cada Estado com base em seu número absoluto de habitantes. Este sistema aumenta o peso de Estados como a Alemanha, em detrimento de Estados, sobretudo, da Europa oriental.

⁷ Até 2017, decisões podem ser submetidas ao sistema estabelecido pelo Tratado de Nice, que possibilita maior influência polonesa.

Após o impasse, a Alemanha cedeu e o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair assegurou que, contrariamente ao que previa o texto constitucional de 2005, o cargo de Ministro do Exterior da UE não há de ser estabelecido⁸. Ademais, normas da UE a respeito de direitos fundamentais passam a ser inválidas em cortes britânicas.

A despeito destas concepções díspares, que impossibilitaram a consecução do objetivo central da presidência alemã da UE, não é possível julgar o processo como um fracasso do governo de Angela Merkel.

Berlim assegura ser possível o funcionamento da UE por meio de um novo tratado⁹, contudo, afirma ser a Constituição o único meio de consolidar a presença institucional em setores de relevância, como a ação externa dos Estados-membros e o processo de ampliação do bloco.

De fato, enquanto um documento constitucional não regular o ingresso de novos Estados no bloco, por meio de pré-requisitos severos, impasses semelhantes ao instigado pela Polônia, na cúpula de junho de 2007, hão de ser freqüentes.

A postura do governo polonês era previsível e de fácil compreensão: o Estado é o maior receptor da ajuda financeira da UE, e teme que a Alemanha,

juntamente com demais Estados doadores, restrinja o volume desta ajuda à Polônia.

Assim, apesar do impasse polonês, a Alemanha, segundo o Ministro do Exterior Frank-Walter Steinmeier, impossibilitou, por meio desta presidência, que a Europa recuasse uma geração em seu processo de integração.

Em conformidade com este argumento, a imprensa alemã apresentou, em 28 de junho de 2007, sua avaliação preliminar do mandato. Ao abordar a dinâmica política da cúpula de junho de 2007, o diário berlinense *Die Welt* afirmou: “Não se conseguiu expulsar da cabeça das pessoas ressentimentos antieuropeus. Mas isso era mesmo possível?..”.

De modo mais enfático, o periódico *Süddeutsche Zeitung*, publicação de centro-esquerda de Munique, asseverou: “A má notícia ao final do mandato de Merkel: os alemães só voltarão ao posto em 2021. (...) Com todo o respeito à capacidade de ação dos países pequenos: o governo destes países, numa União Europeia com 27 Estados-membros, torna a Europa devagar.”.

Referências

Documentos:

Europa gelingt gemeinsam – Bilanz der deutschen EU-Ratspräsidentschaft.

Sites:

Auswärtiges Amt

<http://www.auswaertiges-amt.de>

Bundeszentrale für politische Bildung

(Agência Federal para Educação Cívica)

<http://www.bpb.de>

Deutsche Welle

<http://www.deutschewelle.de>

⁸ A oposição britânica à coordenação de uma política externa comum amaina, em consequência, a possibilidade de coordenação de uma política de defesa continental.

⁹ Os pontos estabelecidos por este tratado, acordado na cúpula de Bruxelas, entre 21 e 22 de junho de 2007, hão de ser discutidos e desenvolvidos no segundo semestre de 2007, sob a presidência de Portugal. Além das concessões ao Reino Unido e à Polónia, destaca-se, como norma deste tratado: a extensão do mandato da Presidência do Conselho da UE para dois anos e meio. Quanto à coordenação de uma política agrícola comum, aspectos comerciais e econômicos concernentes à temática são excluídos do texto por demanda do governo francês.

Deutschland 2007 – Präsidentschaft der Europäischen Union

(Alemanha 2007 – Presidência da União Européia)

<http://www.eu2007.de>

Die Bundeskanzlerin

(Chanceler Federal)

<http://www.bundeskanzlerin.de>

Die Bundesregierung

(Governo Federal)

<http://www.bundesregierung.de>

Europäisches Parlament – Informationsbüro für Deutschland

(Parlamento Europeu – Escritório de Informação para a Alemanha)

<http://www.europarl.de>

Estônia sofre ataque virtual

Resenha
Segurança

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro
02 de julho de 2007

Em maio de 2007, a Estônia sofreu um ataque virtual sem precedentes na história. Com grandes dificuldades para encontrar os responsáveis pelo ataque, a ameaça do terrorismo cibernético e o uso militar de ataques virtuais vêm à tona como um novo tipo de ameaça, ocupando lugar de destaque na agenda internacional de segurança.

Em 17 de maio de 2007, a Estônia anunciou que havia recebido um ataque cibernético sem precedentes na história. Com mais de um milhão de computadores, o ataque virtual atingiu sites governamentais, de partidos políticos, de grandes companhias, dois grandes bancos e de empresas na área de comunicação.

Inicialmente, as investigações levaram o governo da Estônia a indicar a Rússia como autora do ataque. O motivo seria uma represália do governo russo à remoção de uma estátua na capital, Tallinn, em homenagem aos soldados soviéticos mortos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O memorial, também chamado de “Monumento aos libertadores de Tallinn” foi construído em 1947, três anos após a entrada dos soviéticos na cidade. Ela é composta por uma figura de bronze de dois metros de altura representando um soldado soviético e fica sobre um cemitério militar, com treze soldados russos que morreram durante a guerra. Toda a estrutura foi movida do centro da cidade para um cemitério militar o que gerou protestos dentro e fora do país.

A Estônia é um país altamente informatizado, sendo um dos pioneiros na

tecnologia do “governo eletrônico”¹ e por isso é mais vulnerável a ataques virtuais. Entretanto, as implicações dos ataques são muito maiores do que a perda de milhares de euros para a Estônia em decorrência da paralisação dos sites. Os países estão em desacordo sobre vários aspectos. Desde o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, esse acontecimento além de ser um dos sintomas desses desacordos, abre parâmetros para a possibilidade de novos embates e das novas espécies de conflitos a serem enfrentados a partir do século XXI.

Em 1991, a Estônia se tornou independente da União Soviética. Desde então, controvérsias sobre a legalidade da ocupação russa ocorrida no país têm terminado em impasse entre a Estônia, que sempre a considerou ilegal, e a Federação Russa que não aceita essa posição. A ocupação começou em 1940 quando as primeiras bases soviéticas foram instaladas em território estoniano, a pedido do governo de Moscou pelo tempo que durasse a guerra na Europa. Com a ocupação militar, todo o aparato político

¹ O governo eletrônico (*e-government*) é um processo de informatização das ações de um governo, procurando facilitar e tornar operações burocráticas mais rápidas, além de tentar aproximar mais as ações do governo dos cidadãos.

foi submetido aos soviéticos que prenderam, deportaram ou até executaram um grande número de políticos estonianos. Quando os nazistas chegaram ao país, após invadirem a URSS em 1941, alguns estonianos os receberam de braços abertos, esperando que eles poderiam restaurar a independência do país. Porém, logo a Estônia foi anexada e sobre ela foi imposto o regime nazista, sem qualquer direito a soberania. Em 1944, quando a derrota da Alemanha parecia iminente, voluntários estonianos se uniram com o objetivo de impedir que a URSS tomasse novamente o controle do país. A guerrilha estoniana, denominada “irmãos da floresta” (Metsvennad) lutou contra os soviéticos até 1978, mas não foi suficiente para derrotá-los. Com o fim da URSS, a Estônia se tornou independente, mas uma minoria de russos étnicos ainda apoiava a ocupação e controle russo do país.

A posição russa dentro da Estônia é reforçada por essa minoria étnica russa decorrente da imigração ocorrida com a Segunda Guerra Mundial e na época da ocupação. Atualmente, os russos étnicos são minoria, mas com a retirada do referido monumento, protestos ocorreram na capital e em outras partes do país, nos dias 26 e 27 de abril.

Os ataques virtuais começaram, também, em 27 de abril e continuaram por outras três semanas. As suspeitas vêm da origem dos ataques que, principalmente nos primeiros dias, provinham de endereços russos, sendo que alguns eram de instituições estatais russas. A característica dos ataques era a de “ataque de negação de serviço”² no qual os sites recebem uma quantidade muito grande de acessos ao mesmo tempo, impossibilitando seu funcionamento.

É impossível definir se os ataques realmente são provenientes do governo russo ou não, pois os endereços utilizados

podem ter sido trocados ou falsificados como russos. É esse o argumento de defesa do Kremlin, que responde ainda que quaisquer acusações contra o seu governo devem ser profundamente embasadas, não podendo depender apenas de assinaturas virtuais, que estão em todo lugar na Internet.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que tem a Estônia como membro, enviou para o país especialistas em terrorismo virtual para que as apurações pudessem ser feitas. Sem considerar que a Rússia tenha alguma responsabilidade nos ataques, a Organização tem considerado o fato como uma questão de segurança séria, tanto da Estônia quanto da OTAN em si.

A União Européia também respondeu ao ataque à Estônia, porém de forma mais severa. O presidente da Comissão Européia, José Manuel Barroso, declarou em reunião com o Presidente russo Vladimir Putin, em 18 de maio, após o fim dos ataques e as primeiras suspeitas de atuação russa, que qualquer ataque a um membro da comunidade seria considerado um ataque à comunidade como um todo.

Uma discussão paralela ao acontecimento é relacionada ao tipo de ataque sofrido pela Estônia. Cada vez mais a tecnologia tem exercido um papel significativo na vida humana, a economia é altamente dependente da Internet, assim como as forças militares são dependentes de tecnologia. A OTAN não define atualmente ataques virtuais como ações militares, porém a dimensão do ataque sofrido pela Estônia pode vir a mudar esse ponto de vista.

A Internet atinge todas as esferas governamentais dos países. É através dela que grande parte das transações econômicas internacionais acontece e a tecnologia militar está cada vez mais dependente do fluxo de informações. A transformação dessa área de um campo civil para um campo militar e

² DDoS (*distributed denial of service attack*), em inglês.

governamental é um processo não apenas necessário como já em andamento, mas ao mesmo passo que são desenvolvidos mecanismos de defesa mais elaborados, as maneiras de burlá-los também são desenvolvidas.

Ataques virtuais têm ocorrido desde a década de 1990, mas com o passar do tempo eles se intensificaram em tamanho e efeitos. A dependência crescente de tecnologia e os cálculos de possíveis danos decorrentes disso levam a OTAN a colocar o terrorismo cibernético como uma ameaça real, principalmente depois dos ataques de 11 de setembro de 2001. Algo que o governo estadunidense já fazia desde 1998, com a publicação da Diretiva Presidencial 63, na qual afirma ser essencial ao país criar ferramentas para eliminar a vulnerabilidade de seus sistemas virtuais³ como sendo parte da infra-estrutura básica do país.

A OTAN coloca cinco razões porque o terrorismo virtual é uma maneira viável de terrorismo:

- É mais barato que o terrorismo tradicional;
- É mais anônimo – mais difícil de ser rastreado;
- Tem uma base de alvos muito maior;
- Pode ser feito de maneira remota;
- Pode afetar um número maior de pessoas que o terrorismo convencional.⁴

As consequências do terrorismo virtual podem ser muito grandes, tais como faltas de energia em áreas vitais, falhas em comunicação criando áreas isoladas, invasão de redes militares, espionagem,

dentre outras. O espectro de possibilidades aumenta em decorrência do desenvolvimento e distribuição de novas tecnologias, cada vez mais interconectadas. E o uso entre nações pode ser tão destrutivo quanto o uso por terroristas e, mesmo sem provas concretas de que o ataque à Estônia foi proveniente da Rússia, o desenvolvimento de mecanismos que procurem conter ou, ao menos, controlar ações desse tipo entre Estados é necessária.

Referência

Sites:

Guardian

http://www.guardian.co.uk/worldlat_est

OTAN

<http://www.nato.int/>

“Cyber Terrorism – a Serious Threat to Peace and Security in the 21st Century”

http://www.nato.int/science/studies_and_projects/nato_funded/arw_asianw/arw_982439.htm

³ “I intend that the United States will take all necessary measures to swiftly eliminate any significant vulnerability to both physical and cyber attacks on our critical infrastructures, including especially our cyber systems.”

⁴ OTAN 2006 – “Cyber Terrorism – a Serious Threat to Peace and Security in the 21st Century”.

Retomados esforços para a integração entre árabes e sul-americanos

Resenha
Integração

Diego Marques Morlim Pereira
03 de julho de 2007

Desde 2005, Estados árabes e sul-americanos aumentam seus esforços para incrementar o intercâmbio cultural e comercial entre si. As relações entre países em desenvolvimento ganham ímpeto no âmbito da política externa brasileira, assim como o papel que têm os países árabes neste contexto.

Em maio de 2007, em Rabat, Marrocos, os ministros encarregados de assuntos econômicos árabes¹ e sul-americanos² reuniram-se com o objetivo de concluir acordo sobre o desenvolvimento de negociações comerciais entre as regiões que registraram queda em 2006.

Há tempos, negociações entre países da América Latina e os países árabes vêm sendo feitas gerando repercussões políticas controversas aos governos e meios de informação dos países desenvolvidos. Visitas oficiais foram feitas em 2003 pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, aos países árabes com o objetivo de conseguir apoio para um encontro³ entre países sul-

americanos e árabes, realizado em Brasília, em 2005, e ampliar contatos comerciais entre o Brasil e o mundo árabe.

A iniciativa brasileira para a realização do encontro tinha motivações variadas: a busca de uma nova geografia econômica mundial, a projeção externa do Brasil como potência regional emergente, o interesse no voto dos árabes para eventual reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, mais pragmaticamente, a busca de investimentos e da ampliação dos fluxos de comércio que, entre 2003 e 2004, encontravam-se estagnados em torno de 3,8% do total das exportações brasileiras. A visão brasileira do encontro, segundo Amorim, ia além do comércio. Visava também intercâmbio em outras áreas, como a cultural e a científica.

Pelo lado árabe, eram motivações para a realização do encontro não só a econômica e a comercial, mas também a política. Desde o início, ficou clara a intenção de aproveitar o fórum bi-regional para obter apoio para suas políticas na região. Procuraram, contudo, acomodar com flexibilidade as previsíveis resistências

¹ Os Estados árabes participantes das reuniões foram: Argélia, Arábia Saudita, Bahrein, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Catar, Síria, Somália, Sudão, Tunísia e Iêmen.

² Os Estados sul-americanos presentes nas reuniões foram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

³ Cúpula América Latina-Países Árabes. A Cúpula foi a primeira ocasião em que a Comunidade Sul-Americana apareceu dialogando com uma outra região, que buscou a aproximação de duas

regiões inteiras do mundo em desenvolvimento, ambas de proporções continentais, fora da programação regular de trabalho das Nações Unidas.

dos países sul-americanos.

Existia, entretanto, receio do mundo desenvolvido, notadamente dos Estados Unidos da América (EUA), de que a maior aproximação comercial visada pela Cúpula América do Sul - Países Árabes resultasse em uma diminuição da importância daqueles países no comércio das regiões, pois, fica clara a intenção dos Estados envolvidos na cúpula de alcançarem maior cooperação comercial entre si, deixando em segundo plano os EUA, e os outros países desenvolvidos. Decisão essa que gerou repercussão no cenário internacional, sendo a mídia européia responsável pela confirmação que os centros geopolíticos de poder observam e fazem considerações acerca das ações dos países que consideram periféricos.

A Cúpula América do Sul - Países Árabes realizada em Brasília em maio de 2005, tinha objetivo declarado de reforçar as relações econômicas já existentes e, principalmente, o de incluir o mundo árabe no quadro estratégico global sul-americano. Pareceu, também, ter força na retomada de um projeto sul-sul, dando ênfase ao intercâmbio com países em desenvolvimento em relativo detrimento dos desenvolvidos, implantada pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, desde o início de seu primeiro mandato.

Em geral, os árabes vêem os sul-americanos pela ótica européia e estadunidense e os sul-americanos fazem o mesmo em relação aos árabes. Isso produz distorções não somente por causa de estereótipos, mas porque, sem dúvida, a visão européia e estadunidense em relação aos árabes e sul-americanos é adequada à Europa e aos EUA. Os esforços feitos para a realização da cúpula em território brasileiro se devem, ao menos parcialmente, ao fato de que o atual governo tem se voltado para o hemisfério sul no âmbito de suas relações comerciais.

As decisões tomadas pela cúpula tinham como principal objetivo fortalecer as relações entre as partes contratantes, promover a expansão do comércio e estabelecer as condições e mecanismos para negociar uma área de livre comércio em conformidade com as regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Para que o objetivo fosse alcançado, acordaram em constituir preferências fixas na área comercial, eleger uma comissão negociadora, estimular as atividades de promoção comercial (seminários, missões empresariais, feiras, simpósios e exposições), dentre outras ações.

A implantação de tais medidas e seus progressos foram observados posteriormente pelos altos funcionários dos países participantes da cúpula e também pelo Secretário Geral da Liga Árabe, Amr Mussa, que acusou o salto de qualidade das relações entre os países Latino-Americanos e Árabes em encontro com o presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira no Cairo: “Já saímos da fase de troca de cumprimentos e gentilezas e estamos passando para a ação e o trabalho conjunto.”. De acordo com Mussa, as idéias lançadas na cúpula estão caminhando. “Tudo o que havíamos previsto está acontecendo”, afirmou. Ele citou como exemplo a reunião ocorrida na sede da Liga Árabe, em novembro de 2005, entre diplomatas das duas regiões, em que foi definido o calendário de reuniões até a próxima cúpula, que ocorrerá no Marrocos em 2008. “Isso mostra a importância que estamos dando a nossas relações com a América do Sul”, afirmou Mussa.

Após a primeira cúpula realizada entre países sul-americanos e árabes, as diversas esferas de negociações envolvendo o Brasil e os países árabes tiveram melhoras consideráveis. As vendas brasileiras àqueles países chegaram a US\$ 601,2 milhões, sendo que o lugar de maior importador foi ocupado pela Arábia Saudita. O interesse dos empresários

árabes tem tido significativo crescimento em relação ao Brasil, em particular após a Cúpula realizada em Brasília em 2005. Naquele ano, as exportações sul-americanas para os países árabes alcançaram US\$ 8,1 bilhões e as importações foram de US\$ 5,8 bilhões.

Com o intuito de dar continuidade aos acordos realizados pela cúpula e melhorar seus já existentes resultados, foi realizado no ano de 2006, o 39º Congresso das Câmaras de Comércio, Indústria e Agricultura dos Países Árabes em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. Um dos temas mais discutidos na reunião foi a abertura econômica e a extensão da malha comercial exterior do mundo árabe para países sul-americanos, principalmente Brasil e Argentina, devido à atual concentração comercial no hemisfério norte do planeta, em especial os EUA e a Europa.

Além destes temas, foi discutida a importância dos incentivos do comércio regional, ao passo que os países árabes promovem uma série de privatizações e incentivam a atuação do setor privado. Tal abertura econômica e os incentivos à privatização devem promover a eficiência e melhoria da produção local, sem deixar em segundo plano os processos que incentivam os investimentos estrangeiros. Porém, nem todos os processos de comercialização geram resultados positivos. As trocas entre os dois grupos de países passaram de US\$ 11 bilhões em 2004 a US\$ 14 bilhões em 2005. Mas, segundo dados ainda provisórios, caíram à cerca de US\$ 12 bilhões em 2006.

O Ministro da Economia de Marrocos afirmou na ocasião que “[devem-se] criar dois pólos econômicos, um árabe e um latino-americano, para reforçar [as respectivas] posições nas negociações com a OMC, com o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)”. Disse ainda “acreditar que é possível aumentar as negociações comerciais entre os dois grupos de, atualmente, 4% para

10% nos próximos cinco anos.”. O Ministro das Finanças da Arábia Saudita, Ibrahim Assaf, afirmou que “as negociações entre os países do Golfo e os países do Mercosul para a adoção de um acordo de livre comércio estão avançadas.”.

A reunião de Rabat é a segunda deste tipo. A primeira ocorreu em Quito (Equador) em abril de 2006. A “Declaração de Rabat” recomenda a criação de instâncias comuns para os empresários e para as câmaras de comércio e agricultura dos países árabes e sul-americanos. Além disso, recomenda a criação de uma instância de cooperação entre os bancos e as companhias de seguros.

O Brasil esteve representado e demonstrou a experiência do país em energias limpas, principalmente no uso do etanol como combustível alternativo à gasolina, e a existência de 76 projetos de usinas em construção para produzir etanol (à base de cana-de-açúcar) no país.

Em suma, e visando crescimentos futuros, o que se buscou com a Cúpula de 2005 foi a aproximação de duas regiões que, a despeito da diversidade de suas situações nacionais, enfrentam desafios semelhantes na busca pelo desenvolvimento e partilham um substrato de interesses e objetivos comuns. Países de ambas as regiões buscam a paz e o desenvolvimento econômico com justiça social, pautando suas ações no multilateralismo e visando um ambiente internacional mais favorável ao desenvolvimento de todos os países.

Segundo os presidentes do Brasil e da Argélia, a Cúpula América do Sul – Países Árabes “cumpru seu objetivo de fortalecer o diálogo inter-regional e de estabelecer uma agenda de cooperação para a promoção do desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis.”.

As duas regiões têm um desafio em comum, o desenvolvimento. A cooperação sul-sul pode ser o curso de ação mais efetivo para isso. Para se dar continuidade

e garantir essa integração é necessário que exista continuidade quanto aos trabalhos da Cúpula de 2005.

Referência

Sites:

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.mre.gov.br/>

Segunda Reunião dos Ministros Encarregados de Assuntos Economicos dos Países da América do Sul e dos Países Árabes

<http://www.affaires-generales.gov.ma/conference/Port/sejour-pr.htm>

Agência de Notícias Brasil-Árabe

<http://www.anba.com.br/>

Agência Brasil RadioBras

<http://www.radiobras.gov.br/especiais/cupulaaspa/>

Deutsche Welle

<http://www.dw-world.de/>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

